

A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo

The Political Potential of Peripheral Territories in the Metropolis of São Paulo

La potencia política de los territorios periféricos en la metrópoli de São Paulo

Resumo

Este artigo de reflexão pretende contribuir para o debate sobre movimentos sociais latino-americanos, ao tratar das novas territorialidades construídas no cotidiano de lutas e enfrentamento dos movimentos sociais da periferia da metrópole de São Paulo. O território é compreendido como espaço de conflito e construção de significados a partir das contradições entre as perspectivas dos movimentos sociais ali inseridos e os interesses dos segmentos hegemônicos. A legitimidade das lutas destes movimentos sociais está no rompimento com processos de opressão e expropriação, nos vínculos territoriais e comunitários, formação identitária, política e crítica de suas bases, no fortalecimento de seus processos comunicacionais, o que produz um conhecimento próprio que traz à tona a discussão de uma potência política dos territórios periféricos.

Palavras-chave: novas territorialidades; movimentos sociais e resistência; política e território; comunicação e cultura periférica.

Recibido: 18 de octubre, evaluado: 6 de noviembre, aprobado: 12 de noviembre

- 1 Pesquisadora do CELACC (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP, pós-doutora pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba - PPGPLUR UNIVAP. Pesquisadora Sênior do projeto "Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina" financiado pela FAPESP. Correo electrónico: fabiana.amaral@gmail.com
- 2 Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP. Chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), professor dos Programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e de Integração da América Latina (Prolam). Coordenador do CELACC (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação). Coordena o projeto "Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina" financiado pela FAPESP. Correo electrónico: dennisol@usp.br

Abstract

The aim of this reflection paper is to contribute to the discussion on Latin American social movements. It deals with the new territorialities built on everyday struggles and fights of social movements of the periphery in the metropolis of São Paulo. The territory is assumed as a space of conflict and construction of meanings out of contradictions in the perspectives of local social movements and the interests of hegemonic segments. The legitimacy of these movements' struggles lies on the break-up with oppression and expropriation processes, our territorial and community links; the identity, political, and critical consolidation of their roots, the strengthening of their communicative processes, and the production of a knowledge of their own, which brings up the discussion of the political potential of peripheral territories.

Keywords: New territorialities, social movements and resistance, politics and territory, communication and peripheral culture

Resumen

Este artículo de reflexión pretende contribuir al debate sobre movimientos sociales latino-americanos, al tratar las nuevas territorialidades construidas en el cotidiano de luchas y enfrentamiento de los movimientos sociales de la periferia de la metrópoli de São Paulo. El territorio es comprendido como espacio de conflicto y construcción de significados a partir de las contradicciones entre las perspectivas de los movimientos sociales allí insertados y los intereses de los segmentos hegemónicos. La legitimidad de las luchas de estos movimientos sociales está en el rompimiento con procesos de opresión y expropiación, en los vínculos territoriales y comunitarios, formación identitaria, política y crítica de sus bases, en el fortalecimiento de sus procesos comunicacionales, lo que produce un conocimiento propio que saca a la luz la discusión de una potencia política de los territorios periféricos.

Palabras clave: Nuevas territorialidades; movimientos sociales y resistencia; política y territorio; comunicación y cultura periférica.

Introdução

A América Latina passa na atualidade pela transição de um momento em que ideais ditos progressistas configuraram como panorama diretivo dos governos em diversos países. Essa transição acontece com o recrudescimento de uma agenda neoliberal e restritiva marcada por uma ofensiva conservadora, está vinculada a uma conjuntura financeira internacional e como consequência tem ampliado a crise econômica, institucional e jurídica na região³.

A discussão do território é uma das esferas que articula diversos destes enfrentamentos decorrentes da conjuntura de renovação neoliberal. Compreende-se o território como parte estrutural do funcionamento do sistema mundial capitalista e, por conseguinte, como local onde os processos de acumulação do capital se realizam e, ao mesmo tempo, espaço de elaboração da resistência e do enfrentamento.

Portanto, no âmbito do território da realidade latino-americana, o aprofundamento do paradigma neoliberal pode ser observado com a intensificação do processo de financeirização do território e da implementação de projetos de reordenação urbana, que causam processos de gentrificação⁴, criminalização da luta social, controle dos territórios periféricos e a intensificação dos métodos desiguais de ocupação.

No campo político, avalia-se que o momento é de crise de representatividade dos partidos, assim como, de muitos governos progressistas que levaram à frente, nos últimos anos, uma agenda que alinhou desenvolvimento da economia combinado com distribuição de renda. Considera-se que a postura progressista de implementação das políticas de cunho social cria a falsa percepção de ampliação do diálogo, quando no fundo, não se propôs alterar questões estruturais, por exemplo, no caso brasileiro, as questões agrária, urbana e tributária. Esta conjuntura, de certa maneira, fez com

3 Esta é uma discussão que tem sido articulada no campo da crítica política, tanto no âmbito acadêmico, como no âmbito dos movimentos sociais. Há um debate em torno da ideia de que passamos pelo fim de um ciclo progressista com retomada de uma ofensiva conservadora marcada por golpes, perdas de direitos e derrotas eleitorais. No entanto, Julio Cambina em entrevista para a Carta Capital (2017) avalia que é prematuro falar em fim de um ciclo, pois acredita que continua a ocorrer uma disputa entre o que ele nomeia de ofensiva capitalista – o neoliberalismo –, e diversos processos críticos, ainda que consideradas as diferenças entre as diversas experiências latino-americanas. No entanto, ainda na perspectiva de análise desta conjuntura, o historiador, Fabio Luis Barbosa dos Santos (2017), interpreta os governos progressistas como funcionais à reprodução do neoliberalismo, pois avalia que não avançaram na direção de mudanças estruturais. O quadro de ofensiva conservadora que vivemos é reflexo, segundo Erika González (2016), de uma conjuntura financeira internacional relacionada à determinação de um modelo extrativista-exportador. Esta autora, em sua análise “Gobiernos progresistas en América Latina, notas sobre el fin de un ciclo”, problematiza que as alianças destes governos progressistas com as grandes corporações se estabeleceram a partir de uma nova regulamentação de exploração e que, junto ao elevado preço das matérias-primas, permitiram maximizar a renda extrativista e, conseqüentemente, o orçamento público. Ela analisa que foi desta maneira que foram financiadas múltiplas iniciativas e programas de bem-estar social. A autora também problematiza que o contexto econômico atual é reflexo de uma insatisfação das grandes corporações em relação ao baixo índice de benefícios e, como consequência, têm pressionado os ditos governos para aumentar os incentivos e as facilidades para a sua atividade: “Lo que fue una oportunidad, maximizar el presupuesto público a partir de las rentas obtenidas de la explotación y venta de los recursos naturales, ahora es una amenaza” Assim, segundo a autora, as multinacionais estão utilizando tal aliança com os governos para modificar o marco normativo a seu favor. E, por fim, apresenta dois aspectos desta modificação: expandir as fronteiras extrativistas e aumentar os incentivos e os abatimentos fiscais.

4 A gentrificação foi um termo cunhado por Ruth Glass, em 1964, e, desde então, passou por diferentes abordagens e interpretações. Em linhas gerais, diz respeito ao fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, que acarreta a expulsão de moradores tradicionais, geralmente de baixa renda. Esses moradores são forçados a sair de espaços urbanos que subitamente sofrem uma intervenção urbana, na maioria das situações por meio de projetos financiados pelo setor empresarial e gerido pelo setor público. Como problematiza Neil Smith “O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços” (SMITH, 2006, p. 85).

que muitos movimentos sociais, considerando que parte de suas demandas tinham sido aceitas, abandonassem o trabalho de base e de resistência e deixassem de lado parte de suas reivindicações. Porém, a política de desenvolvimento da economia privilegiou o grande capital e intensificou a reprodução, no âmbito do território, de processos desiguais de ocupação.

Todo este quadro causa instabilidade e coloca um novo contexto para os movimentos sociais, como sinalizam as diretrizes apresentadas no documento “Declaración hacia una Asamblea internacional de movimientos y organizaciones de los pueblos”⁵. Dentre as discussões apresentadas por tal documento, dois aportes se apresentam:

O primeiro aponta que a luta se estabelece em campos de atuação do capital e, portanto, rearticula as lutas em contraponto às investidas do poder inerentes à renovação neoliberal, e sinaliza para o surgimento da integração de demandas com o objetivo de constituir um movimento mais amplo e internacionalista de luta contra o capital.

O segundo indica que, nestes momentos de crise, as estratégias de resistência passam por reestruturações e ordenamentos que permitam uma nova base de luta. É interessante observar que o que é apontado na declaração como processos de reestruturação – o fortalecimento dos meios de comunicação e de redes e a ampliação das frentes de luta, incorporando as lutas pela soberania dos territórios, os movimentos feministas, de luta contra o racismo, entre outros – sinalizam que a construção desta luta e a resistência passa pela integração de três ambiências das ações e práticas: o território, a cultura e a comunicação.

Por novos movimentos sociais⁶ entendem-se todas as formas de resistência que politizam a dimensão cotidiana, principalmente no tocante aos mecanismos de opressão das discriminações de gênero, etnia e origem regional, bem como aqueles que reivindicam identidades singulares. Tais movimentos ressignificam a cultura e o território como lugares de contrapontos e têm a comunicação como um elemento central de organização. Trata-se da reinvenção de formas de apropriação do espaço urbano que partem das experiências dos excluídos e carregam uma outra lógica social, política, econômica e simbólica.

O artigo busca resgatar a possibilidade de entender a existência de uma força emancipadora nas práticas dos movimentos sociais periféricos, força essa parcialmente resultante da disputa e do conflito entre classes.

Pode-se compreender esta força emancipadora a partir do que Dussel (2006) nomeia de hiperpotência – o poder do povo. Para o autor, este poder se constitui a partir de três processos, que são: vontade de vida (materialidade), o consenso crítico dos subjugados (legitimidade) e a construção de uma nova hegemonia (factibilidade).

Dussel percebe a importância da concepção anti-hegemônica presente nos processos sociais, em que diante da ‘vontade de vida’, as vítimas do sistema, ao não encontrarem no sistema vigente a possibilidade de exercer uma vida plena, realizam a impugnação à exclusão própria da totalidade. Para que o poder libertador aconteça, é necessária uma força unitária de consenso, que nomeia de consenso crítico dos negados. Os excluídos, não podendo participar das decisões de acordos

5 Esta declaração foi elaborada no âmbito da Conferência Internacional das Organizações Populares - CIOP 2017 que aconteceu em março de 2017 na Venezuela e contou com a participação de organizações de cinco continentes. Foi coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. Esta Conferência Internacional teve como principal desafio projetar uma convocatória para o fim do ano de 2017, chamando a unidade nas diversas lutas anti-imperialistas, anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais e antirracistas, que pretende reunir mais de mil delegados e delegadas de distintas organizações do mundo. Mais informações podem ser obtidas no link: <http://patriagrande.org.ar/declaracion-hacia-una-asamblea-internacional-de-movimientos-y-organizaciones-de-los-pueblos/>.

6 Esta conceituação está em elaboração no âmbito do projeto de pesquisa “Movimentos sociais, comunicação, cultura e território na América Latina”, coordenado pelo autor do artigo, Prof. Dr. Dennis de Oliveira, e financiado pela FAPESP, que estuda as experiências de movimentos nas cidades de São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia).

do sistema vigente, formam a contracorrente com outra concepção em seu movimento, setor-classe, no povo⁷. E a possibilidade de alcançar uma nova hegemonia, de maneira parcial ou radical (neste último caso pode-se falar da revolução), que só pode ser alcançada com a garantia da vontade de viver e do consenso crítico de sua situação. Para essa irrupção, é necessária uma tomada de consciência da situação em que se encontram, produzindo, deste modo, uma crise de hegemonia e uma abertura da ordem social. Quer dizer, é necessário um processo de articulação que gere consenso entre as vítimas com o objetivo de romper o consenso hegemônico dos dominantes.

Portanto, para Dussel, a entrada do povo na história supõe uma fase de reconstrução intersubjetiva orientada para formar uma comunidade política consciente de uma situação de opressão determinada. Esta transformação, nomeada pelo autor de hiperpotência de poder do povo, emerge em momentos criadores da história, podendo inaugurar grandes transformações ou revoluções radicais.

Diante deste quadro, este artigo analisa os movimentos sociais que articulam em suas ações a discussão dos territórios, da cultura e da comunicação,

dado que referidos movimentos têm se tornado socioterritoriais e o elemento que movimenta esta nova sistematicidade do território é a política.

Neste sentido, o território é compreendido como um dos espaços de conflito e também como local de construção de significados a partir das contradições entre as perspectivas dos movimentos sociais ali inseridos e os interesses dos segmentos hegemônicos, sendo que a comunicação é vista aqui como um processo não apenas de disseminação e difusão de conteúdos, mas como mecanismo de articulação organizativa e de configuração dos sentidos (inclusive dos constitutivos das significações de territórios).

O artigo apresenta o estudo realizado com grupos presentes na periferia da metrópole de São Paulo⁸, a saber, Associações de Moradores do Jardim Piratininga e do Jardim São Francisco; Jornal da Várzea da comunidade do Jardim Pantanal e o Fórum de Cultura da Zona Leste. A estratégia metodológica, com base no método de ‘sistematização de experiências’ de Jara (1998)⁹, foi estruturada a partir do curso de difusão “A cidade para além do mercado: metodologia para a construção de cartografias culturais e sua relação com o território”¹⁰ e de entrevistas semiestruturadas¹¹

7 O exemplo dos movimentos feministas é emblemático para Dussel, pois buscam tomar consciência do patriarcalismo machista, diante da cultura imperante e, portanto, a consciência crítica cria um consenso crítico em sua comunidade oprimida, que agora se opõe como dissidência ao consenso dominante. O autor discute que se trata de uma crise de legitimidade e de hegemonia a qual elucida a criação de uma nova ordem.

8 Este estudo foi feito pela autora do artigo no Pós-Doutorado em Mudança Social e Participação Política, durante o período de abril de 2015 a abril de 2017, com apoio da CAPES, realizado no âmbito do projeto “Movimentos Sociais e ações coletivas: as novas sociabilidades urbanas na América Latina”, que estudou a realidade das cidades de São Paulo e Buenos Aires.

9 Jara (1998) elaborou esta proposta como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais no sentido de instrumentalizar suas formas de renovação e readaptação. O educador entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista esta como um reordenamento ou reconstrução do processo vivido e as suas interconexões.

10 O curso foi criado pela autora no âmbito do desenvolvimento das atividades de pós-doutoramento vinculadas ao programa de Cultura e Extensão da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), e foi oferecido no período de 11/11/2015 a 16/12/2015, com carga horária de 17 horas e 30 minutos. Na elaboração, contou com a participação do autor e supervisor do trabalho desse pós-doutorado, Prof. Dr. Dennis de Oliveira. Com base na metodologia de “sistematização de experiências” (Jara, 1998), o intuito do curso foi o de apresentar o panorama das problemáticas urbanas às lideranças sendo que, no decorrer das atividades do curso, foram definidos, por consenso, os três movimentos sociais que foram analisados. No último dia, cada grupo sistematizou as discussões em forma de apresentação e relato de suas práticas de luta e processos comunicativos adotados. Portanto, a sistematização das experiências com os grupos foi construída de forma coletiva por meio de debates que levantaram as problemáticas de cada grupo, reconstruíram o processo dos grupos no tempo e no espaço e problematizaram os processos de comunicação interna e externa.

11 As entrevistas semiestruturadas fazem parte das estratégias metodológicas propostas e consistem em perguntas temáticas estruturadas a partir dos objetivos específicos do referido estudo. Foram realizadas e aplicadas às lideranças dos grupos, possibilitando resgatar alguns aspectos importantes para compreender o papel das lideranças, suas relações com os processos políticos mais amplos do país, aspectos de formação escolar e o que representam perante o grupo, como se tornaram líderes comunitários, suas histórias, seus vínculos com a causa e com o território. Com isso, desejou-se entender os aspectos internos e os externos.

com os líderes dos grupos em estudo. Todas essas estratégias metodológicas possibilitaram, em conjunto, a sistematização e a reflexão sobre a discussão proposta pelo estudo¹².

Destaca-se como ponto central de análise o alcance da potência política dos territórios periféricos como formas possíveis de resposta ao quadro vigente. Por fim, ainda que preliminarmente, o texto sinaliza que as experiências dos movimentos em estudo podem apontar caminhos para o entendimento das formas de organização dos movimentos sociais nos territórios latino-americanos¹³ e, portanto, avaliar as possibilidades que estas ações ensejam no sentido de encontrar alternativas às condicionantes neoliberais.

Movimentos sociais periféricos na realidade da metrópole de São Paulo

São Paulo é uma das cidades representantes dos fenômenos urbanos contemporâneos, o que fica latente nas suas dinâmicas díspares, na sua morfologia de segregação socioespacial em decorrência da conjunção entre concentração de renda e os altos níveis de pobreza¹⁴.

No entanto, entende-se que, para uma leitura ampla dos processos socioespaciais da realidade brasileira e latino-americana, é imprescindível considerar que a sua espacialidade abrange as divisões e classificações raciais.

Esta configuração está associada ao que Quijano (2005) discute sobre o colonialismo, ao considerá-lo uma dimensão constitutiva da história da modernidade e, neste sentido, o processo de colonização da América Latina foi elemento central para constituição da economia-mundo capitalista. Para o autor, o poder de dominação se estabelece a partir da codificação das diferenças entre opressores e oprimidos com bases na ideia de raça, como uma suposta diferença estrutural que coloca os conquistados em situação natural de inferioridade em relação aos conquistadores.

Este novo padrão de poder serviu para legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes. Assim, a raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial em categoria, lugar e papel na estrutura de poder da nova sociedade. Portanto, a partir da compreensão desta estrutura de poder, revela-se a importância de considerar que a conformação de padrões de segregação não são momentos socioespaciais senão que sociais-raciais-espaciais.

O projeto neoliberal de cidade que tem sido imposto ao município de São Paulo e região metropolitana está estruturado em parte por grandes investimentos urbanos, que privilegiam o grande capital e reafirmam a desigualdade social-racial-espacial. Esta prática pode ser compreendida, em parte, pelo que Harvey (2005)

12 Do exposto, a experiência de campo permitiu o desenvolvimento de algumas ações que foram significativas para a análise e síntese da problemática proposta, tais como: sistematização das ações culturais e comunicacionais identificadas; análise da intencionalidade das ações identificadas e do alcance dos objetivos de cada movimento investigado; reflexão sobre os depoimentos colhidos entre os agentes e as suas motivações; análise da correspondência entre as percepções colhidas no trabalho de campo e as hipóteses formuladas no projeto.

13 A participação da autora, como pesquisadora-sênior, no projeto "Movimentos sociais, comunicação, cultura e território na América Latina", coordenado pelo autor, Prof. Dr. Dennis de Oliveira, e financiado pela FAPESP, que estuda as experiências de movimentos nas cidades de São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia), permite traçar, ainda que de forma preliminar, as similitudes entre estas experiências. Neste projeto, a pesquisa contribui para os aspectos de identificação das novas territorialidades dos movimentos sociais na realidade latino-americana, situação que também possibilitou a estada da autora e seu estudo na cidade de Buenos Aires, no período de julho a novembro de 2016 e, na cidade de Bogotá, nos meses de junho e julho de 2017.

14 "A cidade de São Paulo é hoje a maior e mais importante metrópole brasileira e uma das maiores cidades do mundo. Em 2010, os 39 municípios da região metropolitana reuniam cerca de 19% do Produto Interno Bruto nacional e 10% da população do país. Por outro lado, cerca de 15% dessa população vivia abaixo da linha de pobreza, assim como quase 2,8 milhões de seus moradores habitavam a precariedade urbana ou habitacional. Suas desigualdades se tornaram emblemáticas e, enquanto a renda mediana dos 10% mais ricos de seus moradores alcançava pouco mais de R\$ 9.000 mensais em 2010, seus 40% mais pobres recebiam mensalmente apenas cerca de R\$300" (Marques, 2015, p. 1).

nomeia de ‘acumulação por despossessão’, pois como causa imediata observa-se os processos de gentrificação que promovem a valorização do território pautada pelo valor de troca em detrimento de seu valor de uso e mediante as seguintes ações: aplicação de capital na produção e reprodução do território; melhoramento das condições sociais para grupos da classe média e alta; mudanças na paisagem urbana e expulsão direta ou indireta da população da classe baixa. Ocorre diretamente por meio de despejos, incêndios criminosos e desocupações e, indiretamente, pelo aumento do custo de vida da área.

Contudo, estas estratégias de produção do espaço e de criminalização e controle dos territórios¹⁵, ao aprofundar as contradições e as desigualdades, acabam por gerar novas formas de sistematicidade política a partir dos territórios.

Com o objetivo de analisar as experiências de resistência e as estratégias de luta dos movimentos sociais periféricos em estudo, optou-se por não se aprofundar no conteúdo e na proposta de cada movimento analisado, pois o que se buscou levantar foi a experiência e as ações partilhadas, o fluxo de ideias, de vontades e de necessidades presentes nas experiências; além dos aspectos dessas novas configurações. Todavia, é importante sinalizar que estas experiências ocorrem em bairros da periferia da metrópole de São Paulo. A seguir, apresentam-se três eixos de análise: o levantamento das problemáticas e ações de cada grupo, a cultura como potência política dos territórios periféricos e a comunicação como partilha e visibilidade.

Levantamento das problemáticas e ações de cada grupo

Grupo 1 – Associações dos Moradores do Jardim Piratininga e do Jardim São Francisco

As associações de Moradores do Jardim Piratininga e do Jardim São Francisco estão inseridas no distrito do Cangaíba, que integra a subprefeitura da Penha, bairro localizado na periferia da cidade de São Paulo. Aproximadamente 13 mil pessoas vivem nos limites desses dois bairros. A ocupação do local aconteceu a partir do início da década de 1990 e contava aproximadamente com trezentos moradores. A consolidação do território se deu de forma espontânea, viabilizada por sistemas de mutirões e sem o apoio de políticas públicas de habitação. Em 2015, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, a comunidade elaborou um projeto de requalificação urbana com a construção de um projeto participativo.

Grupo 2 – Jornal da Várzea do Jardim Pantanal

A ideia do Jornal da Várzea partiu de um morador do Jardim Pantanal, bairro localizado ao longo da várzea do Rio Tietê, na região leste situada na periferia de São Paulo (SP), que pensou em criar um jornal para divulgar os acontecimentos no bairro, no final de 2013. Outros coletivos, como o movimento Terra Livre¹⁶ e integrantes do cursinho pré-vestibular do MULP¹⁷ abraçaram a ideia e, a partir disso, foi criado o jornal. O objetivo passou

15 Segundo Svampa (2007), em consequência da política neoliberal, foi implantada a desregulamentação do trabalho que proporcionou a multiplicação da informalidade, a consolidação de um modelo de flexibilização do trabalho e ampliação da precariedade na América Latina. Estes processos tiveram como base o fortalecimento do sistema repressivo institucional, que se estabeleceu com o controle da população pobre e a repressão e criminalização das manifestações sociais.

16 Movimento popular do campo e da cidade. Organizado em sete estados o Terra Livre luta pela reforma agrária, pela reforma urbana e pela produção sob o controle dos trabalhadores. Recuperado de: <http://terralivre.org/>

17 Curso pré-vestibular comunitário direcionado aos jovens da comunidade do Jardim Pantanal e região. Recuperado de: <https://cursinhomulp.wordpress.com/>

a ser o de criar um instrumento de comunicação popular, de conscientização política, no qual os moradores poderiam pautar e escrever sobre assuntos de seu interesse.

Dessa forma, pensou-se em não apenas valorizar o bairro, mas também fazer denúncias e influenciar políticas públicas para a região. Em 2014, os participantes inscreveram um projeto para o Programa VAI¹⁸, da Secretaria de Cultura, e conseguiram a verba para realizar oficinas de produção de texto, fotografia, diagramação e edição de vídeo e fomentar a criação de um coletivo maior de comunicadores. O projeto se chama 'Comunicadores da Várzea'. Com isso, outras pessoas puderam se integrar ao projeto e foi possível adquirir equipamentos, como máquinas fotográficas, impressora e gravador de voz.

O trabalho se articula diretamente com os moradores do Jardim Pantanal e Vila Itaim e apoiadores independentes. Organizam juntos reuniões de pauta, dividem os assuntos por duplas e todos têm autonomia para escrever e propor. Trata-se de um projeto totalmente colaborativo. Realizam-se, em alguns momentos, oficinas de conteúdo mais técnico e prático para socializar conhecimentos. É um canal que pretende ouvir as sugestões dos moradores e valorizar o que é produzido dentro dos bairros, como artistas, poetas, time de futebol, entre outros. Dessa forma, pretende criar uma articulação com outros coletivos e integrar moradores que possam se interessar em colaborar com a causa.

Grupo 3 – Fórum de Cultura da Zona Leste¹⁹

O Fórum de Cultura da Zona Leste começou a ser constituído num primeiro encontro, convocado pela articulação dos movimentos culturais

da Zona Leste. Foram levantadas quais eram, de forma integrada, as pautas de política e de cultura mais urgentes. Em um segundo momento, juntaram-se aos encontros o movimento cultural de Guaianases e diversos outros artistas e agentes culturais. Nesse processo e por meio da realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura (2013) foram definidos vários temas das periferias como prioridades na cidade. Criaram-se vários grupos de trabalho e uma das temáticas que mais gerou demandas dos coletivos foi a Lei de Fomento à Periferia. Desde então, o grupo tem realizado trocas com outros grupos da periferia da cidade. Elaborou-se, de forma coletiva, um projeto de lei de fomento à periferia. No final de 2015, os grupos conseguiram aprovar R\$ 4 milhões para a rubrica Fomento à Cultura da Periferia e aprovaram a Lei de Fomento à Periferia (PL 624/2015)²⁰.

A cultura como potência política dos territórios periféricos

A configuração do capital acarreta mudanças estruturais do modo de produção e, conseqüentemente, revela uma nova relação dos movimentos sociais com os poderes constituídos. Surgem, assim, outros graus de resistência pautados por uma outra lógica fortalecida por novos arranjos políticos e sociais.

Buscando responder ao questionamento de como estas experiências novas podem apresentar perspectivas de construção de uma esfera pública alternativa, a abordagem teórica parte do campo da cultura e comunicação e esta escolha é definida pela opção de estudar a cultura por meio do

18 O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, foi criado pela Lei 13.540 e regulamentado pelo decreto 43.823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artísticas e culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.

19 Recuperado de: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>

20 De acordo com a proposta popular, criada pelos movimentos culturais da periferia, a Lei de Fomento à Periferia (PL 624/2015) tem o objetivo de ampliar o acesso aos meios de produção e fruição dos bens artísticos e culturais pela população da periferia, fortalecer as práticas artísticas e culturais dos coletivos de histórico relevante, descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos, reconhecer e valorizar a pluralidade e singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas da periferia.

sistema de comunicação, entendida aqui a comunicação lato sensu e não apenas como mediação tecnológica.

O campo cultural é um dos lugares de manifestação dos conflitos e das disputas simbólicas e comunicacionais. Nesse campo, coexistem os processos de dominação e também de apropriação; é o espaço das negociações entre os diferentes atores desta dinâmica. Deve-se ter em conta que as diferenças ultrapassam o entendimento de experiências societárias distintas, pois se compreende que essas diferenças também existem devido à desigualdade dos acessos aos capitais econômicos, culturais e simbólicos.

Garcia Canclini e Roncagliolo (1988) afirmam que existem culturas populares porque a reprodução desigual gera:

- a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes e grupos na produção e no consumo;
- nos setores excluídos de participação plena nos produtos sociais, uma satisfação específica de suas necessidades, a partir de suas condições de vida;
- uma interação conflitiva entre as classes subalternas e as hegemônicas pela apropriação dos bens sociais.

Essa reflexão é ampliada por Garcia Canclini e Roncagliolo (1988) para além da análise dos aparelhos ideológicos do Estado, propondo um novo modelo de análise, em substituição à 'dominação/dependência'. Os autores propõem a relação 'hegemonia-consenso'. Assim, buscam romper com a concepção unidirecional de poder, resgatando as horizontalidades além das verticalidades das estruturas econômicas, políticas, simbólicas e culturais. Para estes esforços, buscaram, no conceito de hegemonia de Gramsci, uma forma de interpretar a

'guerra de posições' expressa nos confrontos culturais. Ao interpretar a hegemonia como uma forma renovada de dominação cultural, Garcia Canclini e Roncagliolo (1988) demonstram a possibilidade de fugir ao determinismo unilateral, resgatando a importância das culturas subalternas, geradas na luta cotidiana de sobrevivência e que se contrariam, mesmo que parcialmente, aos interesses hegemônicos de acumulação a partir da valorização dos bens.

Esse embate pode ser verificado no âmbito do território, ao compreendê-lo como espaço de conflito e construção de significados, a partir das contradições entre as perspectivas dos movimentos sociais em estudo e os interesses dos segmentos hegemônicos.

Para compreender como ocorrem esses processos, é essencial partir do entendimento das forças que agem no território e, para isso, parte-se de duas categorias conceituais: verticalidades e horizontalidades (Santos, 2006, 2008).

As verticalidades estão refletidas na configuração espacial desigual, assim como, nos processos de controle dos territórios que são exercidos pela criminalização dos excluídos; cria-se o estado de exceção material e simbólica dos grupos subjugados²¹. Este contexto é compreendido por Svampa (2007) ao observar o aumento significativo do abuso aos direitos e o entendimento da luta social, a partir da mídia hegemônica, como delito. Como consequência, o processo de deslegitimação das reivindicações frente à sociedade e, finalmente, o aumento da repressão de forças especiais no controle de protestos sociais. No âmbito do estado penal, o pobre é considerado um criminoso em potencial, mas a figura do perigo social na realidade das metrópoles brasileiras é principalmente direcionada aos jovens negros, pobres e moradores de favelas, que são considerados, no limite, como a população excedente no contexto de uma sociedade excludente.

21 No contexto deste estudo entende-se por grupos subjugados os segmentos sociais historicamente excluídos, tais como: afrodescendentes, mulheres, indígenas, camponeses, migrantes, entre outros.

Neste sentido, para Svampa (2007) o avanço da política de seletividade penal é ilustrado pela tendência para a militarização dos bairros mais necessitados. Essa nova escalada da criminalização naturalizou a associação entre pobreza e crime pela categorização de pessoas pobres como perigosas, distinguindo-as do resto da sociedade, e ainda caracterizou seus núcleos de habitação como mera fonte do crime.

Como afirmam os movimentos de jovens da periferia de São Paulo que participaram do Fórum de Cultura da Zona Leste:

Resistir, nesse contexto, nunca foi uma opção, é a única forma de continuar existindo enquanto indivíduo e grupo social. A sobrevivência depende da resistência, desde ter onde morar, trabalhar, deixar os filhos, estudar, brincar, se manifestar religiosamente ou artisticamente, inclusive viver também, já que as periferias é aonde se encontra os maiores índices do genocídio da população jovem e negra²².

Portanto, as verticalidades são as ações e as práticas que atingem os territórios e seguem uma lógica hegemônica, e as horizontalidades são forças que se estabelecem nos espaços cotidianos a partir das experiências dos expropriados, construindo, assim, uma lógica própria. Essa lógica subalterna alimenta a construção da identidade territorial dos movimentos sociais analisados, expressada em seus processos de sobrevivência/resistência/enfrentamento.

Esta identidade territorial parte de um processo de configuração simbólica de um campo de significações opostas às construídas ideologicamente pela lógica hegemônica sobre a periferia²³, tais como: 'local de bandido', 'mar de prédios',

'local da violência urbana.' Portanto, há o objetivo de retraçar suas existências a partir dos seus aspectos subjetivos vinculados aos processos de identidade, de cultura e de arte. Estas novas significações periféricas, vinculadas a uma territorialidade, são maneiras de comunicar e criar uma nova cultura, um novo modo de se enxergar. Isso é feito mediante o rompimento com as visões estigmatizadas hegemônicas, construindo, desse modo, outros significados de pertencimento e identidade. Acredita-se, segundo Santos (2008), que o que move estes movimentos de maneira ampla é fruto das experiências de enraizamento no espaço e de escassez atreladas à produção capitalista do espaço.

A resistência pode ser evidenciada no embate e na crítica às organizações hegemônicas que atuam no território. Como isso acontece? Foi observado, nos estudos, que parte da pauta das reivindicações dos movimentos analisados apresentava, num primeiro momento, como elementos-chaves das suas lutas, a ausência de moradia, de equipamentos públicos e culturais e a ineficiência da mobilidade urbana.

Como aponta a experiência das Associações de Moradores do Jardim Piratininga e do Jardim São Francisco:

O enraizamento se dá pela escassez que leva à necessidade e que se vincula à solidariedade. E podemos partir da primeira necessidade que é da moradia. As condições humildes da população em vulnerabilidade levam à solidariedade. Numerosas casas foram construídas em sistema de mutirão, com solidariedade entre grupos de moradores, prática adotada, especialmente, entre os primeiros que chegaram para trabalhar em São Paulo. Através desses primeiros moradores, iniciou-se o processo de criação da Associação de Moradores do Jardim Piratininga²⁴.

22 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Fórum de Cultura da Zona Leste.

23 Para compreender a dinâmica desigual no território de São Paulo é necessário compreender o processo de formação e produção das periferias. A formação da periferia e de outras formas de moradia, como as favelas e os cortiços, pode ser compreendida a partir da relação entre território e trabalho. A ocupação e produção da periferia seguiram a lógica do deslocamento da mão de obra entre a moradia e o trabalho. A simbologia materializada dessa lógica dá a configuração das cidades-dormitórios e dos bairros-dormitórios, espaços esses que foram propositalmente destituídos do urbano e de seus artefatos, como a infraestrutura de saneamento, de educação e de saúde. Há, portanto, uma opressão material e simbólica, pois, além da exploração da sua mão de obra, os trabalhadores foram inseridos de forma precária e perversa na cidade (Maricato, 2000).

24 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Associações dos Moradores do Jardim Piratininga e do Jardim São Francisco.

Neste caso, evidencia-se que a constituição de aspectos de solidariedade e participação e organização social e política, surgem de processo de escassez que, num primeiro momento, são evidenciados pela ineficiência de políticas públicas como a moradia, saúde, educação etc. No entanto, esses aspectos estão associados a processos de expropriação anteriores e conjugados com a incorporação destes sujeitos na desigual divisão do trabalho que foi ordenada na produção da cidade de São Paulo, que promove o seu desenvolvimento econômico com bases em baixos salários e ausência de políticas públicas sociais²⁵.

No entanto, a discussão pelo direito à cidade²⁶, na realidade estudada das periferias de São Paulo, ultrapassa o debate clássico de acesso aos frutos da produção e do espaço, como acesso a equipamentos públicos, saúde, moradia e cultura, pois ao buscar entender as causas destes processos de expropriação e exploração, compreende-se que a luta e o enfrentamento devem incorporar o direito à produção, os direitos humanos e igualitários e, portanto, a capacidade de legitimação de seus grupos ao produzir suas próprias percepções, políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade.

Os movimentos de cultura da periferia, como é o caso do Fórum Cultural da Zona Leste, partem de uma discussão pela descentralização dos investimentos em políticas públicas culturais, no entanto, o que os mobiliza vai além da garantia do acesso aos benefícios, visto que os processos de

expropriação e exploração se mantêm contínuos e, portanto, partem de uma necessidade de constituir novas formas de organização territorializada como parte de formação e fortalecimento de seus grupos.

A interação entre uma coisa e outra (políticas públicas e o processo de conquista delas) se faz necessária por vivermos neste modelo de sociedade, porém as políticas públicas e o processo de conquista delas (às vezes frustrado) tem um tempo bastante diferente das urgências cotidianas da população que necessita delas. Então, outras formas de organização e sobrevivência precisam ser pensadas e vão surgindo nesse meio do caminho para sustentar o processo de alcance de alguma política e claro, sobreviver²⁷.

A resignificação dos territórios parte das suas vivências cotidianas e possui parâmetros distintos do que costuma ser aplicado pela lógica territorial hegemônica. Outro aspecto observado destas novas significações periféricas foi a percepção que nasce do espaço local e na cotidianidade, ou, como discutido por Santos (2008), o espaço banal. Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta nos espaços de fluxos pelos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemônizados, nos espaços banais se recriam a ideia e o fato da política, cujo exercício se torna indispensável para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica.

Os jornais comunitários, na compreensão do espaço local, ao estabelecerem a construção de

25 Este processo de produção da periferia coincide com a intensificação do processo migratório que elevou a taxa de crescimento demográfico entre as décadas de 1950 e 1960. A população de migrantes veio atraída pelos empregos oferecidos pelo aquecimento e constituição do polo industrial. O processo de industrialização em São Paulo somente foi possível por meio da intensificação da exploração da mão de obra e por meio dos baixos salários pagos aos trabalhadores, como discute Oliveira (1984) em "A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal". Como resultado deste quadro de exploração, Maricato (1982) aponta que grande parte da população ficou sem direito à moradia. Assim sendo, dois aspectos foram estruturantes na constituição da modernidade: a falta de acesso ao mercado imobiliário e a ausência de políticas públicas para a ocupação. Como alternativa estratégica de sobrevivência, a população resolve o problema da moradia pela construção com recursos próprios em loteamentos periféricos, frequentemente irregulares perante a lei e sem nenhuma infraestrutura.

26 Segundo Trindade (2012), o conceito de direito à cidade, termo cunhado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre em fins da década de 1960, difundiu-se na literatura internacional ao longo dos últimos anos e hoje não são poucos os autores, segundo o autor, que se lançam ao debate sobre o mesmo: Purcell (2003), Mitchell (2003), Rodrigues (2006), Fernandes (2007), Harvey (2008), Plyushteva (2009), Souza (2010), Marcuse (2010), para citar alguns. Complementa que fora da academia, no meio propriamente político e social, o V Fórum Urbano Mundial - intitulado "O direito à cidade: unindo o urbano dividido", marcou a conquista de um alcance global por esse conceito.

27 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Fórum de Cultura da Zona Leste.

uma identificação a partir do entendimento da importância de suas ações, ainda que cotidianas, têm construído e realizado um reconhecimento do seu território físico, cultural e simbólico.

A proposta foi criar um veículo que expressasse a realidade dos moradores e moradoras e que eles mesmos possam falar e escrever sobre seu cotidiano e para além dele; e que possam ser sujeitos ativos na luta por direitos. Isso não significa apenas o lado negativo de se morar em áreas esquecidas pelo poder público, mas justamente mostrar que há solidariedade e uma relação com o território que vai além do mercadológico, do bem privado, mais comumente arraigado na cultura de moradia do brasileiro²⁸.

Observa-se que os movimentos sociais, por meio de políticas e ações horizontais, vêm criando novas e distintas percepções do espaço e acabam dando a ele um significado de luta e de conquista. Essa essência é dinâmica, mas preserva a força da cultura, da sua história e do pertencimento ao local. Os movimentos estabelecem novas formas de regulação dos territórios, dando a eles novos sentidos que constituem uma potência para construção de uma política territorizada, ainda que os movimentos ultrapassem o seu território e alcancem uma esfera mais ampla e diversa.

No caso do empreendido pelo Fórum de Cultura da Zona Leste, é perceptível que o que move seus processos é a compreensão de que os processos de subjugo que vêm sofrendo localmente, são os mesmos que outros sujeitos em áreas periféricas da cidade passam e, portanto, partem para a construção de uma rede de significações e diálogo sobre os processos desiguais que sofrem e que permitem o fortalecimento dos processos de resistência e sobrevivência.

A relação é ser a comunidade, fazer parte dela e a partir de uma articulação interna com base nas demandas locais, articular outros territórios semelhantes

espalhados na cidade, para a partir de então trocar experiências de organização, fortalecer-se e fortalecer esses territórios mutuamente²⁹.

A cotidianidade é estabelecida a partir do vínculo comunitário que evidencia o espaço como *locus* de articulações e resistência, constituindo uma nova espacialidade. Em outras palavras, é possível afirmar que se engendra uma forma distinta de perceber e viver o espaço, abrindo uma brecha na lógica objetiva da produção da cidade. Por meio do acesso às tecnologias, surge à contracorrente a produção de um novo sentido para a periferia como local de produção de conhecimento.

Dar voz aos 'esquecidos' produz o efeito simbólico de participação ativa nas decisões e definições do que é relevante para os moradores. Essa atuação difere do comportamento passivo da nossa população e estimula a luta por direitos por meio de ferramentas que antes não faziam parte da realidade desses moradores, como meios de comunicação, como é o caso do jornal comunitário, articulação com o poder público, debates durante as pautas, acesso a informações externas, que tendem a não chegar por veículos tradicionais de mídia, como jornais e revistas³⁰.

Estas novas significações periféricas se estruturam e então na conjunção entre resistência/sobrevivência, ressignificação e construção de outras formas de produzir, pensar e propor a realidade em que vivem.

Comunicação como partilha e visibilidade

Segundo Santos (2008), a globalização gera um mundo de perversidade ao garantir que poucos terão acesso aos bens criados. Neste movimento, essa visão centralizadora cria o mundo da escassez. O autor complementa sua hipótese ao afirmar que os 'de baixo' ao sofrerem processos de escassez criam, a contracorrente, um outro movimento que

28 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Jornal da Várzea.

29 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Fórum de Cultura da Zona Leste.

30 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Jornal da Várzea.

é baseado no enraizamento. Cada vez mais vemos um movimento na periferia que, ao criar novas identidades e novas estéticas, envolvem a questão do ser coletivo/periférico.

A partir do entendimento desse processo, buscou-se a compreensão dos seus sistemas de organização política, social e comunitária e observou-se que os movimentos sociais analisados constroem suas práticas e processos comunicativos tendo como elemento central a territorialidade e estabelecem novas formas de organização em redes que assumem aspectos de partilha e de visibilidade.

Na percepção de campo, observa-se que as ações dos grupos, tanto a produção do jornal como a articulação do Fórum de Cultura da Zona Leste, partem do princípio de se entender parte da comunidade e, a partir de uma leitura e análise das demandas locais, identificam, em outros lugares da cidade, a existência, de demandas semelhantes e, portanto, articulam e organizam redes que permitem a troca de experiências e estratégias com o intuito de fortalecer a luta e organizar os territórios de forma coletiva e coordenada frente às investidas do poder hegemônico.

O conceito de rede está associado aos vínculos com a comunidade, às relações com os grupos coletivos da periferia e com os movimentos sociais de luta. Em suma, há uma associação com grupos que possuem um fluxo de ideias contra-hegemônicas. Essas ideias têm como estrutura outra lógica, que prioriza a solidariedade, a identidade e a cooperação. Tais articulações só têm sentido para o grupo se forem articuladas nas relações concretas, compreendendo o cotidiano como campo de realização da vida. As novas comunicações, intituladas ora de redes ou de coletivos, ocorrem simultaneamente em ambiências justapostas, tanto no cotidiano, fortalecidas pelos vínculos estabelecidos com as comunidades de origem, quanto a partir da ambiência midiática.

Nos apropriamos da rede digital para construir nosso blog e página no *facebook*. Dessa forma conseguimos divulgar nosso trabalho para outros grupos e atraímos algumas pessoas que se interessam em ajudar na construção do jornal, como jornalistas, por exemplo, que podem contribuir para socializar o conhecimento mais técnico. Também tentamos construir nossa rede no território físico, realizando atividades conjuntas com outros grupos, cobrindo atividades, etc. Esses elos são tecidos pela convivência, pelo reconhecimento dos iguais, pela busca de um sentido do território que ultrapassa as fronteiras geográficas³¹.

Nesse caso, há de se ressaltar os blogs que relatam suas práticas evidenciando uma dinâmica própria e os textos que comunicam seus conteúdos e propostas. Além disso, também devem ser mencionados os vídeos que transmitem suas ações simultaneamente e os chats de discussão, que permitem tanto a circulação das ações como a troca com outras experiências.

A nova ambiência assume espaço de visibilidade e de partilha. Essa experiência, cotidiana e virtual evidencia que os grupos podem dominar muitas vezes a produção, a circulação e o consumo de suas práticas e ações e, ao criar suas próprias narrativas, criam alternativas ao circuito hegemônico da difusão da cultura.

A experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste como rede de relações estabelecidas com coletivos e fóruns de outras regiões da cidade de São Paulo, possibilita a criação de uma estrutura distinta em outras bases e com formas diversificadas de expressão. A partir do momento em que constroem os vínculos, esses coletivos unem também suas lutas.

Ao abordar a rede como *locus* das práticas culturais e dos processos comunicativos, identificam-se dois campos de significação para as novas subjetividades subalternas. O primeiro está relacionado à

31 Trecho da Resposta das lideranças do grupo Jornal da Várzea.

possibilidade de partilha e fortalecimento possível, por intermédio da ambiência midiática. O segundo discute a possibilidade de garantir ao mesmo tempo o registro, a legitimidade e a visibilidade do grupo.

A questão da gratuidade de acesso às mídias confirma a afirmação de Santos (2008) sobre as possibilidades que as técnicas contemporâneas trazem ao requererem capitais fixos relativamente pequenos, enquanto seu uso possibilita novos arranjos com a retomada da criatividade.

O maior acesso a novas tecnologias mostra seus frutos, já que todos os movimentos analisados mantêm um site atualizado em que partilham e comunicam suas ações, práticas, projetos, depoimentos, imagens e vídeos. Além do site, disponibilizam publicações em diferentes mídias, em que discutem sua prática e refletem sobre as novas possibilidades políticas.

A produção de meios alternativos, como publicações, ações diversas e vídeos, abre uma nova perspectiva: a de apresentar um outro discurso, que reflita e contemple as necessidades das classes subalternas. O discurso contra-hegemônico se estabelece no território ao passar pelo processo de enraizamento e observa-se que as práticas têm se configurado do imediatismo à construção de um projeto futuro.

Considerações

Entende-se que, diante do quadro de recrudescimento das forças do capital, os setores excluídos vêm empenhando esforços para a construção de outras sociabilidades urbanas latino-americanas. Todo este corpo de significações históricas e identitárias, atrelado às maiores possibilidades de apropriação das técnicas contemporâneas pelos setores populares, tem desenhado caminhos possíveis de superação de uma sociabilidade capitalista construída e imposta verticalmente.

Avaliou-se que em momentos de crise do sistema de exploração, os sistemas de dominação se retroalimentam e, no caso, em experiências de total opressão e expropriação material e simbólica. Tanto em São Paulo como em Buenos Aires e em Bogotá³², observou-se um aumento da perda de direitos humanos que puderam ser presenciados também em sua materialidade espacial. Neste sentido, nos contextos estudados, notou-se que as estratégias de poder se caracterizam pelos seguintes elementos: o território como espaço de acumulação do capital, militarização do território e violência contra os excluídos do sistema, desmonte das políticas públicas sociais como estratégia de criar uma imagem depreciativa dos bairros periféricos.

Os processos de resistência e formação dos movimentos sociais correspondem às investidas destes processos hegemônicos e se formam com bases históricas específicas de formação, expropriação, produção e reprodução socioespacial. No entanto, as estratégias de resistências podem ser alinhadas nos seguintes eixos: ações de contenção e sobrevivência a partir dos processos de solidariedade combativa; construção de processos de valorização e visibilidade de sua identidade política, cultural e étnica territorializada; ocupação de espaços oficiais de gestão como meio de assegurar a garantia à legitimidade de sua proposta de apropriação territorial; construção de espaços de formação de suas bases vinculadas à cotidianidade local; constituição de redes de solidariedade, para além de seu território, e que servem de espaço de partilha e visibilidade.

Estes processos, ainda que guardem suas especificidades local e histórica, podem ser identificados em outras experiências periféricas e apontam para a construção de uma análise e síntese, conjugadas, da história da América Latina e dos processos de resistência aqui empenhados pelos setores excluídos. Os estudos realizados até o momento podem ser sintetizados em algumas inferências:

32 Os resultados de tais análises e inferências estão em processo de elaboração no âmbito do projeto "Movimentos sociais, comunicação, cultura e território na América Latina", anteriormente citado.

1. existem processos de insurgências sendo construídos nas periferias da metrópole estudada;
2. estes conflitos no campo dos territórios metropolitanos são produtos de um deslocamento das contradições sociais do espaço da produção (como está presente na literatura clássica do marxismo) para os das vivências cotidianas, em que operam também mecanismos de opressões múltiplas vinculadas a discriminações de raça, gênero, classe e origem regional;
3. as insurgências se direcionam tanto pela resistência a uma apropriação capitalista do espaço urbano (expresso pela luta pelo direito à cidade) como pela luta pela visibilidade e expressão das suas vozes como sujeitos coletivos em democracias recém-construídas, instáveis e ainda constantemente abaladas pela ação dos poderes econômicos globais.

Deste modo, a periferia não deve ser vista apenas como a centralidade de formas de exploração e expropriação, mas também como *locus* de experiências civilizatórias. Assim sendo, observa-se que estas novas territorialidades criam uma sistematicidade política própria, e, por conseguinte, a política não deve ser tratada como forma de escolha só dos governos e das empresas, mas também dos movimentos sociais e de todos aqueles que estão participando ativamente na organização do espaço e fazendo escolhas.

Referências

- Dussel, E. (2006). *20 tesis de política*. Mexico: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe.
- Gambina, J. (2017). O ciclo progressista na América Latina acabou? Entrevista especial com Julio Gambina. Recuperado de [https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-ciclo-progressista-na-](https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-ciclo-progressista-na-America-Latina-acabou-Entrevista-especial-com-Julio-Gambina/6/38601)
- America-Latina-acabou-Entrevista-especial-com-Julio-Gambina/6/38601
- Garcia Canclini, N., & Roncagliolo, R. (1988). *Cultura transnacional y culturas populares - bases teorico-metodologicas para la investigación*. Lima, Peru: IPAL.
- González, E. (2016). Gobiernos progresistas en América Latina, notas sobre el fin de un ciclo 08 setembro Recuperado de <https://www.diagonalperiodico.net/blogs/movimiento/gobiernos-progresistas-america-latina-notas-sobre-fin-ciclo.html>
- Harvey, D. (2005). *El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión*. Buenos Aires: CLACSO.
- Jara, O. (1998). *El aporte de la sistematización a la renovación teóricas practicas de los movimientos sociales*. S. Jose: Alforja.
- Maricato, E. (1982). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (2a ed.). São Paulo: Alfa-Omega.
- Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias- planejamento urbano no Brasil. In Arantes, Otília. *A cidade do pensamento único- desmanchando consensos*. (pp. 121-192). Petrópolis, RJ: Vozes,
- Oliveira, F. A. (1984). *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, M. (2006). *Natureza e espaço*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- Santos, F., & Barbosa, L. (2016). *Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana* (1a ed.). São Paulo: Elefante.
- Smith, N. A. (2006). Gentrificação generalizada. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. (pp. 59-87). São Paulo: Annablume,
- Swampa, M. (2007). *Movimientos sociales y escenario político: las nuevas inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina*. Caracas: Observatório Social de América Latina; Clacso.

Quijano, A. (2005). Dom Quixote e os Moinhos de vento da América Latina. *Estudos Avançados*. 19 (55). São Paulo.

Trindade, T. A. (2012). *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade*. São Paulo: Lua Nova.